

O ESPAÇO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA KAINGANG NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI GAÚCHO

Tiara Rubia Enge
PPGG - Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO

A terra para as sociedades indígenas tem um significado que vai muito além de ser um meio de subsistência. Possui uma dimensão mítica, fundamenta a vida social. O objetivo deste artigo é investigar o território enquanto estrutura sobre o qual se estabelece um sistema cultural e elucidar de que forma o espaço, o território pode ser delimitado enquanto ente cultural e analisar os espaços enquanto regiões culturais, domínios étnicos, territoriais a fim de valorizar a cultura segundo sua dimensão simbólica. Partindo do conceito de território, é possível se pensar a questão indígena enquanto uma particularidade da realidade agrária contemporânea. E este espaço transforma-se pelo trabalho, pela luta de classe ou frações de classes, sendo objeto de análise o estudo do território indígena kaingang da região do Alto Uruguai gaúcho

Palavras-chave: Território. Kaingang. Região do Alto Uruguai. Geografia Cultural.

INTRODUÇÃO

A ocupação do espaço na parte do Rio Grande do Sul deu-se através do aviltamento do território originariamente habitados por indígenas e caboclos, originando novas e diferentes formas de ocupação fundiária, decorrendo daí, conflitos entre os que aqui estavam e os novos ocupantes (imigrantes).

Desse modo, fica fácil justificar porque os indígenas estão à margem da evolução econômica/social/cultural. É “natural” que ocupem seu espaço de excluídos, pois as inovações nos territórios – criação de novas ordens – espacialidades específicas – geradores de espaços de inclusão/exclusão nas relações globais determinou, naturalmente, que a ordem territorial assim fosse feita.

Em que pese a política de demarcação de terras indígenas, é necessário verificar como se operacionaliza a definição deste território e o quanto isto contribui na manutenção sócio-cultural do kaingang, uma vez que o indígena tem como configuração espacial o movimento. Ele precisa movimentar-se no território para conservá-lo, interagir para que o seu espaço de vivência possa ter uma significação particular.

Neste artigo procura-se analisar o território enquanto estrutura sobre o qual se estabelece um sistema cultural e elucidar de que forma o espaço pode ser delimitado enquanto ente cultural e analisar os espaços enquanto regiões culturais, domínios étnicos, territoriais a

fim de valorizar a cultura segundo sua dimensão simbólica. As experiências vividas, o conhecimento adquirido, as assimilações coletivas dão significado a sociedade e evocam a Geografia Cultural, buscando compreender a realidade social, que se constitui do jogo de forças entre os homens, pelos seus grupos e destes na sua relação com o território. Os modos de vida, as tradições e os costumes se impõem no espaço através dessas relações.

Metodologicamente subsídios documentais e bibliográficos estão entre as fontes de pesquisa. Através do contato direto com a comunidade kaingang busca-se a interação do conhecimento científico e o empírico através de levantamentos, coletando informações que possibilitem a caracterização fiel a cerca das peculiaridades locais englobando mudanças ocorridas no espaço juntamente com as inter-relações homem x meio, entre outras presentes na dinâmica espacial.

Ao analisar a cultura indígena pode-se traçar um olhar espacial sobre a realidade a fim de perceber e reconhecer os mecanismos que movem as pessoas e as coisas todas dos lugares para verificar e compreender as dinâmicas que se estabelecem e desta forma incluir a territorialidade indígena kaingang como elemento formador da Região do Alto Uruguai.

A evolução da Geografia e a concepção de território

Epistemologicamente, Geografia é uma palavra de origem grega que significa a descrição da Terra, portanto é o estudo científico da superfície da Terra com o objetivo de descrever e analisar a variação espacial de fenômenos físicos, biológicos e humanos que acontecem no espaço geográfico e, mais recentemente, tem sido identificada como a ciência que estuda as relações entre o espaço e as sociedades.

São vários os colaboradores que auxiliaram na construção dos saber geográfico. Desde os primeiros estudos na Antiga Grécia onde a Geografia era chamada de história natural ou filosofia natural, passando pelas descobertas de navegadores como Fernando Magalhães, Bartolomeu Dias, Cristóvão Colombo até Goethe, Kant, Montesquieu. Na codificação dos estudos começam a surgir escolas a exemplo da alemã apresentando o determinismo geográfico, onde o clima era capaz de estimular ou não a força física e o desenvolvimento intelectual das pessoas, seguida pela escola francesa que lançava o possibilismo, afirmando que as pessoas poderiam determinar seu desenvolvimento a partir de seu ambiente físico. Nos anos 60 surge o desejo de fazer da Geografia um estudo mais científico buscando apoio na

estatística. E, na virada do século XXI novas técnicas começam a balizar o ensino da Geografia: o computador eletrônico e o satélite.

A Geografia passa a ter uma nova ênfase com pesquisas de vão desde a orientação para que pessoas com problemas de incapacidade física possam guiar-se em áreas urbanas complexas; estudos de distribuição espacial de doenças, passando pelo planejamento de novas regiões agrícolas ou avaliação de colheitas (*precision farmer*) com a chamada agricultura de precisão através de imagens de satélite, bem como, procura contribuir na orientação e análise de problemas que causam desequilíbrios nas redes urbanas (problemas ambientais, sociais...) com a geração de imagens úteis ao planejamento urbano/rural/regional.

Conforme afirma Peuquet (1994), a Geografia estuda processos que envolvem o espaço e o tempo, e nas últimas décadas é crescente a necessidade de análise das transformações nos ambientes naturais em função dos processos sociais, como por exemplo, o crescimento urbano...

Assim, entende-se que educar para o ensino geográfico é uma prática que prepara para o mundo, a escola deve ter em seu contexto o estudo cultural e territorial de diferentes povos. Raffestin (1993) observa que a noção de territorialidade veio dos naturalistas, que sempre abordaram a territorialidade animal e não a humana. Embora tenha sido sondada a mais ou menos três séculos, a noção de territorialidade só foi explicitada em 1920, por Howard que a definiu como: *A conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie..*

Para Raffestin (1993) a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral. Segundo ele os homens vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Todas elas são relações de poder uma vez que existe interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Sem se darem conta disso, os atores também modificam a si próprios. É impossível manter qualquer relação que não seja marcada pelo poder.

Pode-se perceber que o conceito de território é amplamente utilizado não apenas na Geografia, mas em diversas áreas afins, parte-se da etimologia da palavra que, segundo Haesbaert (1997, p.32), deriva “(...) do latim *territorium* (por sua vez derivado de terra) (...)”, e que durante muito tempo “(...) figurava nos tratados de agrimensura significando ‘pedaço de terra apropriada’ e só se difundiu efetivamente na Geografia no final dos anos 70”.

Já nas ciências humanas a noção de territorialidade foi tratada pelos autores que abordaram as relações humanas com o espaço ou com o território. Raffestin (1993) define a territorialidade como:

[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. [...] essa territorialidade é dinâmica pois os elementos que a constituem [...] são suscetíveis de variações no tempo. É útil dizer, neste caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constitui podem ser simétricas ou dessimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essa duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis.

Brunet *et al* (1993) define territorialidade em duas acepções: a primeira o define como aquilo que pertence propriamente ao território considerado politicamente, ao conjunto das leis e regulamentos que se aplicam aos habitantes de um dado território (por exemplo a territorialidade das leis, dos impostos, domínio de ação dos advogados etc) e aos quais apenas a “exterritorialidade” permite fugir. A segunda acepção define territorialidade como relação individual ou coletiva com um território considerado como “apropriado”, no sentido de “tornado propriedade”. A territorialidade não deveria ser confundida, entretanto, com a defesa elementar do espaço necessário à sobrevivência. A identificação com o espaço é tomada no processo de socialização, sobressaindo-se da psicologia coletiva. Ela contribui para a elaboração da identidade do grupo. Portanto, a territorialidade parece ser um elemento útil à coesão dos grupos sociais. Por outro lado, ela é uma fonte ou um apoio a hostilidades, exclusões, ódios. (BRUNET, 1993).

A territorialidade tem alguma coisa de animal (ou de vegetal, vide o termo raízes) e o progresso da humanidade consistiu notadamente em se despojar da territorialidade exacerbada – ou a relacioná-la a um campo na escala de todo o globo. Um pouco de territorialidade cria a socialidade e a solidariedade, muita territorialidade as assassina. Estudar os territórios é um bom modo de lutar contra o terrorismo do territorialismo.

Sack, (1986) por sua vez, enfatiza a dimensão política e o papel dos limites ou fronteiras onde territorialidade significa : [...] *a tentativa, por um individuo ou um grupo, de*

atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.

E continua, “circunscrever coisas num espaço ou no mapa” permite identificar “lugares, áreas ou regiões no sentido comum, mas não cria em si mesmo um território. Esta delimitação se torna um território somente quando suas fronteiras são utilizadas para afetar o comportamento através do controle do acesso. Vê-se, assim, que nem todo espaço delimitado deve ser compreendido como um território, nem como tal se constitui.

Na discussão de Andrade (1994, p.19), a cerca da questão do território, vincula o conceito à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim deve-se “(...) ligar a idéia de território à idéia de poder” quer se faça referência ao poder público, estatal ou ao poder privado que estendem as suas pretensões por áreas territoriais, ignorando as “fronteiras políticas”.

Santos (2002, p.9-10), define território não sendo apenas o “conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas”, mas, sim entendido, como o “território usado” que é o “chão mais a identidade”. Para ele identidade refere-se ao “sentimento de pertencer” e, prossegue dizendo: “(...) o território é o fundamento de trabalho, lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida, (...) onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”, ou seja, é este território usado que é uma categoria de análise. Santos (1994) diz ainda que território é a expressão concreta e histórica do espaço social, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. É desse território que nos referimos, já que é nele onde se busca e se manifesta uma nova organização, uma nova ordem, ou seja, uma nova forma espacial que origina as transformações no/do território.

A primeira concepção de território foi originalmente elaborada pela Etologia, mas precisamente através dos estudos dos naturalistas do final do século XVIII. O território era então concebido com base no comportamento das espécies animais e vegetais como sua localização, distribuição, domínio e defesa de um espaço imediato. A partir desta abordagem o conceito de território é incorporado à logística estatal e, por conseguinte, às análises geográficas.

Como comprovou Foucault (1975), o poder jaz presente em toda relação. Portanto, ele não pode ser reduzido a um ente. Ora, sendo assim, o poder atravessa todo o aparato estatal e mantém interações, invariavelmente marcadas por conflitos, com diversas instâncias políticas e sociais, da modesta a mais complexa, mas de forma alguma se limita à escala do Estado.

Conforme destaca Júnior (1998), “o território pressupõe relação de poder na ampla acepção do termo, entre duas categorias de agentes ou coligações deles (redes), e destas para com o espaço”. Souza, por sua vez, enfatiza que “o território é essencialmente um instrumento do exercício do poder: *quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?*” (1995).

O território comporta duas variáveis: a acepção de formação social e de produção do espaço (MORAES, 1984). Como produto de práticas sociais (sobretudo os derivados de práticas políticas) o espaço constitui um território. Essa assertiva comporta o binômio produção/consumo do espaço. Conceber o espaço como produto social implica considerá-lo em termos de consumo e, portanto, como mercadoria. O uso do espaço é na maioria dos casos seletivo e se analisa no movimento de generalização do espaço em mercadoria, impondo ao uso a existência da propriedade privada das parcelas do espaço (CARLOS, 1999).

Santos (2001) considera o território uma “extensão apropriada e usada”. O termo “território usado” antecipa-se a uma redundância enfatizando a relevância desta noção. Para este autor a categoria “território usado” permite sistematizar teoricamente o entendimento do conceito território. E seu valor concerne ao caráter empírico a que essa abordagem remete.

Quando os usos que grupos sociais distintos tentam estabelecer em uma dada área são convergentes os conflitos podem vir à tona. Obviamente, isto não encerra uma regra. No caso dos índios kaingang, quando eles tentam empreender um uso qualificadamente político do espaço que os abrigam, entram em confronto com alguns setores da sociedade regional e, sobretudo, com o capital do agronegócio, mais precisamente, no que se refere aos constrangimentos provocados no fluxo da mercadoria. A idéia de territórios superpostos (SOUZA, 1995) permite contemplar mais eficazmente esses conflitos.

As práticas sociais são conduzidas pelo conjunto de regras e normas instituídas e pelo sistema de representações vigentes em cada sociedade. Códigos distintos para cada segmento social fazem a densidade de um espaço ser maior ou menor. Raffestin(1999) afirma que “os limites do espaço são o do sistema sêmico mobilizados para representá-lo”. Esses códigos são construídos pela própria sociedade e à medida que a trama territorial torna-se mais difusa, mais códigos vão sendo incorporados.

O traçado territorial, apropriado e controlado, pressupõe delimitações. Seus limites abrangem um espaço regulamentado (subjacente a regras e normas) por aparatos jurídico-políticos e ideológico-culturais (MOREIRA, 2002). A normatização do espaço também advém dos sistemas de representações, variando segundo os grupos sociais atuantes,

mediados geograficamente pelas formas e objetos dispostos no espaço e seus usos. Partindo de uma complexa noção de utilidade, Raffestin (1999) afirma que “a representação só atinge no espaço aquilo que é suscetível de corresponder às ‘utilidades’ sociais *latu sensu*”. Os limites territoriais são também resultantes de representações que um indivíduo ou grupo detêm de determinada área geográfica.

Entende-se que o território, mesmo partindo da apreensão de signos e códigos, não pode prescindir de uma base material, pois esta constitui condição para estabelecimento das relações sociais. Essa noção de território, que se inscreve no campo dos sentidos e da sensibilidade humana, perpassa por um conjunto de significações mediadas, sobretudo, pela paisagem, e é recorrente à relação que sociedades indígenas mantêm com uma natureza *sacralizada*, orientadora de rituais e práticas cotidianas.

Entretanto, para certas sociedades indígenas, dentre as quais os Kaingang, essa leitura de equivalência romântica em intrínseca correspondência ao “bom selvagem” de Rousseau, por si só, não expressa a pluralidade de possibilidades que permeiam seus territórios. Certos territórios indígenas hoje incorporam à dimensão simbólica outros elementos como o jurídico-político, transpassado por relações de poder e o aspecto econômico, manifesto pelo uso e consumo qualificado do espaço.

A territorialização corresponde, em linhas gerais, ao processo de constituição de um território. A rigor, envolve um dialético movimento de desterritorialização e reterritorialização. Na interpretação de Côrrea (1994) a desterritorialização

tem o sentido de perda de território apropriado e vivido em decorrência de diferentes processos originados de contradições capazes de desfazerem territórios; ao passo que reterritorialização refere-se à criação de novos territórios, seja por meio de reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja através da recriação parcial, em outro lugar, de um novo território, que contém características do antigo.

A uma desterritorialização corresponde uma reterritorialização. São processos indissociáveis que ocorrem, geralmente, em escalas distintas. Muitas sociedades indígenas foram exterminadas sem que, de fato, uma reterritorialização se efetivasse. A reterritorialização é (re)formada em escalas à margem da escala da territorialização hegemônica, comportando geralmente delimitações mais bem definidas (HAESBAERT, 2002). Um ator ou grupo quando desterritorializa outro, usando para tanto certas estratégias, imprime concomitantemente uma reterritorialização para si mesmo, enquanto que o outro perfaz, também, uma reterritorialização em outra escala de atuação, redefinindo parcelas de

suas práticas sociais. Práticas essas que são pautadas pela experiência anterior que o desenraizou, que o desterritorializou. A desterritorialização é o movimento de referência, no sentido que ela dá início ao processo.

O processo de reterritorialização não significa um retorno aos padrões anteriores à desterritorialização. Constitui antes um movimento de renovação calcado em novos valores. Os constantes movimentos de desterritorialização e reterritorialização correspondem, numa ampla acepção, ao movimento da vida (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

A territorialidade corresponde a um conjunto de práticas de expressões materiais e simbólicas, almejando a apropriação ou manutenção de um dado território. A territorialidade advém, portanto, de estratégias que um determinado ator ou grupo social imprime para se apropriar e/ou controlar um espaço. Esse controle, exercido por meio de coação ou persuasão, possui propósito e intenção. O território é tanto o seu objeto quanto o seu objetivo.

Elaborando sua concepção de territorialidade humana, Sack (1986) ensina que a “territorialidade será definida como a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”. Essa perspectiva situa-se no plano do poder, denotando, pois, a ênfase política desta noção de territorialidade.

Na relação com o outro, estão incluídas não apenas os processos vinculados à esfera política e da produção, mas também, e talvez de forma mais incisiva, elementos culturais como a lingüística, a moral, a ética, a religião, enfim, o conjunto complexo de padrões de comportamento, dado pelas crenças, instituições e valores espirituais e materiais que são transmitidos coletivamente e que caracterizam uma dada sociedade. A territorialidade, nesse sentido, é construída socialmente e seu uso histórico tem sido realizado de forma cumulativa, ou seja, através das experiências e experimentações processadas ao longo da história de uma sociedade.

Portanto, a territorialidade se realiza como possibilidade de recriação, pelos próprios grupos, de territórios originais que atendam não só as aspirações de reprodução material, como também à expressão das especificidades culturais que efetivamente mobilizam os grupos sociais (HAESBAERT, 1999).

A Geografia Cultural e a Cultura Indígena Kaingang

Os debates relativos aos problemas estudados pela Geografia de uma forma geral e em especial a Geografia Cultural, fazem parte das preocupações da sociedade brasileira.

Um novo olhar vem sendo lançado sobre as questões que se referem aos processos sócio-culturais como a construção de referências de identidade, o peso das vivências culturais, os diferentes modos de ser e agir que os diversos grupos sociais constroem no interior das classes, as múltiplas relações e ressignificações que os sujeitos estabelecem no seu espaço.

A representação espacial significa para a geografia humanista cultural, segundo Gomes (1996), mais do que uma indicação da localização dos fenômenos. Através dela é possível resgatar a inteligibilidade que os fatos espaciais adquirem quando são interpretados a partir de seus contextos próprios. Para este autor, quando os grupos humanos se organizam espacialmente, nem sempre têm consciência explícita de todos os processos de significação que são atribuídos e vividos cotidianamente no espaço. Assim, cabe também ao geógrafo, interpretar todo o jogo complexo de analogias, de valores, de representações e de identidades que figuram neste espaço.

Admite-se que essa corrente epistemológica visa a analisar de que modo os fatores culturais e de percepção interferem nas ações de organização e elaboração do espaço geográfico. Assim, esse espaço resulta não apenas das transformações econômicas, mas também das condições psicológicas e físicas dos indivíduos e das sociedades, sobretudo da experiência de vida de cada pessoa e as heranças culturais coletivas.

A construção do conteúdo humanista cultural fez a Geografia buscar aporte teórico-metodológico em outras ciências, como na filosofia, na antropologia, na sociologia e outras, para melhor compreensão do espaço geográfico. Pressupostos teóricos, segundo Buttimer (1982) por exemplo, propõem para o estudo da Geografia, a análise dos espaços humanizados, enquanto regiões culturais, domínios étnicos, territoriais, etc; espaços diferenciados segundo as disposições subjetivas dos homens-habitantes. Para a autora os pressupostos apelaram por descrições mais concretas tanto do espaço e do tempo quanto as suas significações no dia a dia da vida humana.

Nesta abordagem, o espaço geográfico é tratado como o espaço social e dos horizontes sociais da experiência humana, os quais se manifestam nos processos de interação social e organização desse espaço.

O conhecimento geográfico, particularmente o voltado aos fatos cotidianos está apoiado nas representações sociais, transversando as relações entre as aspirações humanas e os lugares.

Assim, as interações, isto é, as experiências vividas devem ser levadas em consideração a fim de permitir a identificação e o conhecimento dos lugares representativos pelos indivíduos servindo para a construção de uma identidade e consciência territorial junto a eles.

A cultura indígena kaingang no Alto Uruguai gaúcho: um esboço

A Geografia além de explicar as relações entre os meios físicos e humanos, se interessa também por práticas efetivas do cotidiano do homem, assim, se busca incluir ou dignificar o uso do espaço, contribuindo para a compreensão da formação e estruturação da territorialidade do indígena Kaingang na Região do Alto Uruguai, por exemplo.

Sabe-se que no Rio Grande do Sul a divisão do território em municípios teve início em 1809 quando o estado rio-grandense dividia-se em quatro grandes unidades político-administrativas: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Foram eles que deram, de fato, início a vida municipalista da terra de São Pedro, configurando a primeira estrutura administrativo-territorial do Rio Grande do Sul.

Boa parte do território que constitui a Região do Alto Uruguai integrava-se a Província Jesuítica das Missões Orientais do Uruguai, estando sujeito à jurisdição do governo de São João Batista. Inicialmente habitado por diferentes tribos indígenas, passa, a partir de 1827, a ser povoado pela “raça branca, a qual estabeleceu unidades extrativistas e criatórios, com rudimentar agricultura de subsistência”. (OLIVEIRA, 2002).

A temática da ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul, segundo Rückert (1997), *corresponde à destruição do território indígena e caboclo e à construção de novas e diferentes formas fundiárias*. Portanto, envolve um duplo processo de destruição e construção da ordem territorial, no qual o ato de destruir é a condição básica do próprio existir da colônia.

Paviani (1998) reforça a citação acima quando afirma que:

(...) a gestão do território proposta pela geografia implica a idéia de “pertencer”, de identificação de grupos populacionais com o “lugar”, com porções específicas do espaço ou “domínios territorializados” (...) pode ser entendida ainda como a busca de uma solução alternativa para a crise do planejamento de caráter técnico e

centralizador, introduzindo o preceito constitucional de “gestão democrática e participativa”. Tenha-se, com isso, encontrar uma maneira adequada de lidar com as variáveis socioeconômicas, políticas e ambientais relacionadas com o território, porém considerando, ao mesmo tempo, os novos atores que condicionam a prática social no espaço contemporâneo.

A riqueza das representações sociais do espaço e sua territorialidade podem oferecer possibilidades à construção da cidadania. É no território onde se manifesta uma nova organização, uma nova ordem, uma nova forma espacial que origina as transformações no e do território.

A Geografia deve reconhecer as contradições e os conflitos econômicos, sociais e culturais. Só assim, a Geografia se tornaria uma ciência do presente, inspirada na realidade contemporânea, entendendo o mundo atual e a apropriação dos lugares realizada pelo homem. Desta forma, parcelas da sociedade que são discriminadas, em especial os indígenas em epígrafe, poderiam ter a Geografia como aliada e ela seria uma ciência, também dos excluídos.

A motivação para a realização da pesquisa, origina-se da particularidades desse povo, principalmente no tocante à sua identidade cultural, ao seu modo de vida e suas representações espaciais. Uma comunidade formada por pessoas diferentes que, como em qualquer outra comunidade, possui uma concepção de vida própria, possui seus valores, hábitos e costumes individuais e coletivos. Além disso, cada família, com o acúmulo de suas experiências vividas, principalmente através do nomadismo, procura materializar seu modo de vida, trocando a mobilidade pela fixação imposta.

Além dos objetivos que levaram os indígenas a territorializarem em “Terras Indígenas”, diminuindo ou eliminando seu nomadismo, cada indígena carrega uma perspectiva de reprodução cultural e social que se reflete no espaço ocupado. Essa nova etapa de vida ou esse novo momento para os indígenas, representado pela comunidade Kaingang no Alto Uruguai, deve ser compreendido levando-se em conta as diferentes relações culturais estabelecidas entre homem x homem. Pois é essa relação que decifrará o Território Indígena Kaingang.

Segundo Haesbaert (1999), diante da confusão de alguns autores que pregam o desaparecimento dos territórios com a simples debilitação da mediação espacial das relações sociais, os grupos sociais podem criar territórios em que a dimensão simbólica se sobrepõe à dimensão mais concreta, como a do domínio político que faz uso de fronteiras territoriais para

se fortalecer.

Descrever, compreender, analisar, enfim, pesquisar sobre o Território Indígena Kaingang na Região do Alto Uruguai possibilita um olhar e um diálogo aguçado sobre a Geografia e a sua pertinência para o estudo da diversidade cultural.

Esse diálogo permite visualizar as diferentes referências de identidades construídas pelos variados segmentos étnicos no espaço, e ajuda a compreender o papel preponderante que a cultura produzida por grupos sociais, assume na Geografia. Sendo a organização espacial da sociedade marcada por fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, a Geografia enquanto ciência social visa também, o estudo dos elementos culturais e deve ter um posicionamento diante da realidade de vários grupos étnicos.

Assim, acredita-se que o movimento da Geografia em direção às temáticas culturais aponta, entre outros, a constatação de se conhecerem os significados específicos, construídos por cada grupo social no espaço.

Claval (1997) destaca que a orientação cultural na Geografia deve compreender como os grupos sociais constroem o mundo a sociedade e a natureza. Essa orientação cultural deve se interessar pela maneira como são estabelecidos critérios que separam os grupos sociais.

Diante do diálogo exposto acima, sobre a Geografia e seu referencial para a diversidade cultural, percebe-se que o espaço ocupado por cada indígena e demais seres humanos no mundo, pode ser percebido como o espaço da vida e é o símbolo daquele tipo de vida que o situa em relação a outras possibilidades. Isso permite dizer que esse espaço específico, que abriga a vida, assume a condição de espaço único e humanizado, na medida em que a representação elaborada pelas pessoas que ocupam este espaço, se concretiza em representações espaciais.

Dessa forma, cada pessoa torna-se um universo de posições e oposições que se entrecrocamos na dinâmica das transformações, de tal forma que, para compreender a alma do corpo cultural, responsável pelas representações espaciais, é necessário tomar como ponto de partida o homem e suas ações sociais no espaço.

O indígena, enquanto ser humano pertencente a um grupo étnico, diferenciado e historicamente perseguido, nômade ou sedentário, tem sua integração permanente com o espaço, obrigatória e imprescindível. É obrigatória, pois com sua vida nômade, impele-se a vagar na ânsia constante de viver de modo livre. Pelos fatos conseqüentes de uma maneira de

viver nômade, é bastante fácil compreender a necessidade do espaço para os indígenas.

Contudo, mesmo para os indígenas que abandonam a vida nômade, estabelecendo-se tal como qualquer morador numa cidade, o espaço continua imprescindível, para a construção de suas moradias, para suas atividades e para suas relações sociais.

O território indígena foi concebido através de sua específica funcionalidade, que abriga um potencial ilimitado de significações sociais, as quais definiram os chamados espaços simbólicos. Além de sua funcionalidade, a dimensão territorial constitui e organiza resistência ou aceitação, que foram capazes de criar uma identidade territorial e servir como ponto de convergência de interesses evidenciando a diversidade de dimensões que tem o território.

A produção do Território Indígena Kaingang na Região do Alto Uruguai, encarado aqui como resultante de um conjunto de relações sociais é incessante e ininterrupta, não é algo acabado, mas está em contínuo movimento. É o resultado das ações trabalhadas na sua totalidade, sendo exclusivamente dinâmico. O movimento de construção do território jamais terminará, especialmente porque se considera que a produção do território é fruto da existência humana.

Por meio dessa constatação, pode-se compreender que a partir das relações sociais, o indígena não só transforma o seu território, como também se modifica nesse processo. Os costumes e tradições dos indígenas não se mantêm intactos, mas são vivenciados cotidianamente pelos membros ou praticantes destes, e sofrem influências e transformações. E, portanto, os indígenas como elementos produtores do seu território.

O processo de sedentarização, não é o único fator responsável pela aceitação/resistência dos indígenas na sociedade envolvente. Este processo sempre se deu parcialmente. A prática do nomadismo está enraizada no indígena, tornando-se comum algumas famílias saírem do território temporariamente, a fim de exercerem atividades em outras reservas co-irmãs (Ventarra-Erebango, Votouro-Benjamin Constant do Sul e Ligeiro-Charrua), principalmente quando seu território não lhes garante a sobrevivência econômica ou criaram-se entraves de convivência.

Os mecanismos de aceitação e resistência, em maior ou menor escala, são encontrados tanto em indígenas como nos demais moradores de áreas circunvizinhas. Entre os indígenas, a aceitação se reflete na adoção de valores e rituais da sociedade envolvente, porém, existem praticando atividades até certo ponto diferenciadas das concepções

econômicas da sociedade majoritária, mesmo que estas atividades não sejam totalmente aceitas.

Os não-índios através da rejeição, da estigmatização e da discriminação frente aos indígenas, é que muitas vezes, levam os indígenas adotarem uma postura dupla. Os indígenas só aceitam parcialmente alguns traços culturais da sociedade não-indígena, e procuram sempre manter a coesão do grupo, baseada na sua específica organização social, econômica e cultural, através de suas relações sociais internas, esta afirmação é comum entre os caciques das reservas pesquisadas.

Como o indígena, enquanto grupo étnico, apresenta complexa organização social, e cada qual o faz de maneira bastante peculiar, torna-se improvável distinguir seus territórios apenas com as noções mais recorrentes desse conceito. Para uma caracterização mais fidedigna, recorre-se à Antropologia, tomando de empréstimo alguns conceitos auxiliares a compreensão do tema como por exemplo, a cultura expressa na linguagem corpórea materializadora dos elementos simbólicos indígenas, a fim de subsidiar uma territorialidade adequada às realidades dessas sociedades.

É necessário um longo tempo para se compilar as informações e depoimentos orais e escritos que possibilitem a construção de referencial sobre aspectos da cultura material, organização tribal, migrações, relacionamentos e formação do espaço indígena kaingang na Região do Alto Uruguai.

Lefebvre (1974) diz: “cada modo de produção possui, por hipótese, seu espaço apropriado”, assim, é possível afirmar que as relações orientadas no modelo do capitalismo atual tem produzido os espaços, tanto globais como locais, a fim de atender suas necessidades de produção gerando espaço de excelência, com condições invejáveis, ao mesmo tempo, deixa outros espaços no esquecimento e fora de condições mínimas para que seus habitantes tenham pelo menos uma vida digna, embora, estejam também “inseridos no processo global”. E, esta inclusão/exclusão é o processo que mostrou estar presente, quanto forma direta ou indireta, limitadora ou facilitadora de ações sociais aos indígenas kaingangs da região do Alto Uruguai gaúcho.

Por fim, é preciso dizer que a cultura dos indígenas não pode ser desconsiderada e é necessário que se entenda essa cultura enquanto diferente, e não enquanto inferior, para que ela seja mais valorizada, tanto pelos gestores públicos quanto pela população regional.

Referências

- ANDRADE, Manuel C. de. *Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local*. In: SANTOS, M. (Org.) et al. *Território - Globalização e Fragmentação*. São Paulo. Hucitec, 1994. p. 213-220.
- BRUNET, Roger, FERRAS, Robert, THÉRY, Hervé, 1993. *Lés mots de la Géographie, dictionnaire critique*. Reclus-La Documentación Française.
- BUTTNER, Anne. *Aprendendo o Dinamismo do Mundo vivido*. In: CHISTOFOLLETTI, Antônio. *Perspectiva da Geografia*. São Paulo. Difel, 1982. p. 165-193.
- CARLOS, Ana Fani. *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto. 1999.
- CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural. Tradução de Paulo Cesar da Costa Gomes. In: CASTRO, I. E. de (Org.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997. p. 89-118.
- _____. *A Geografia Cultural*. Tradução: Luiz Fuggazzola Pimenta e Margareth de Castro A. Pimenta. Florianópolis-SC, Editora da UFSC, 1999.
- GOMES, Paulo César da C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.
- _____. *Culturas Teóricas, Culturas Políticas no Pensamento Geográfico*. In: CASTRO, I. E. (Org.) et al. *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999. p. 335-339.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34. 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes. 1975.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EDUFF. 1999.
- _____. *Territórios Alternativos*. Niterói: EDUFF. 2002.
- JÚNIOR, Saint-Clair C. T. Agentes, redes e territorialidades urbanas. *Território*, Rio de Janeiro: Garamond / LAJET / UFRJ, ano III, nº. 5. 1998.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs). *Geografia em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2002.
- PAVIANI, Aldo. *Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- RAFFESTIN, Claude. 1993. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.
- RÜCKERT, A A *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827/1931*. Passo Fundo: Ediupe, 1997.
- SACK, Robert. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.
- SANTOS, Milton. 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro. Record.
- _____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- _____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- _____. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Contexto, HUCITEC, 1989.
- _____. *A natureza do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record. 2001.
- SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.